

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

ÍNDICE

1. Identificação do Procedimento	2
2. Objeto do procedimento	2
3. Entidade Adjudicante	2
4. Órgão que tomou a decisão de contratar	2
5. Fundamentação da escolha do procedimento	2
6. Acesso às peças do procedimento	2
7. Esclarecimentos e listas de erros e omissões	2
8. Preço base	3
9. Preço anormalmente baixo de uma proposta	3
10. Documentos que constituem a proposta	3
11. Idioma dos documentos que constituem a proposta	5
12. Propostas variantes	5
13. Prazo e modo de apresentação das propostas e dos documentos que a instruem	5
14. Prazo de manutenção das propostas	5
15. Critério de adjudicação	5
16. Adjudicações de propostas por lotes	7
17. Consultores e estudos de apoio à decisão	8
18. Modalidade jurídica de associação de empresas	8
19. Negociações	8
20. Leilão eletrónico	9
21. Caução	9
22. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário	9
23. Idioma dos documentos de habilitação	11
24. Outros documentos obrigatórios	11
25. Prazos para apresentação dos documentos de habilitação	12
26. Prazo para confirmar compromissos assumidos por entidades terceiras	12
27. Despesas e encargos para celebração do contrato	12
28. Consulta Preliminar	12
29. Legislação aplicável	12
ANEXO I – (Modelo de) Declaração	13
ANEXO II – (Modelo de) Declaração de intenção de associação jurídica	14
ANEXO III – (Modelo de) Declaração de depósito bancário	15
ANEXO IV – (Modelo de) garantia bancária/seguro de caução	16
ANEXO V – (Modelo de) Declaração	17

1. Identificação do Procedimento

Concurso Público com publicidade Internacional n.º **CPI/9/2025/DMCG**.

2. Objeto do procedimento

1. Aquisição de serviços de reboque para a remoção e transporte de todo o tipo de veículos localizados na via pública em situação de estacionamento indevido e/ou abusivo.
2. Serão adjudicadas propostas pelos seguintes lotes, melhor identificados no presente caderno de encargos:
 - a. **Lote 1** – Serviço de reboques (2 reboques e 4 rebocadores);
 - b. **Lote 2** – Serviço de reboques (2 reboques e 4 rebocadores);
 - c. **Lote 3** – Serviço de reboques (2 reboques e 4 rebocadores).
3. A entidade adjudicante poderá, ao abrigo do disposto no n.º 5, do artigo 46.º - A do Código dos Contratos Públicos (CCP), **adjudicar uma proposta que combine a totalidade dos lotes 1, 2 e 3 (doravante designado por Lote combinado)**, celebrando um contrato para a totalidade dos lotes individualmente considerados.

3. Entidade Adjudicante

Município do Porto.

4. Órgão que tomou a decisão de contratar

Presidente da Câmara Municipal, no uso da competência atribuída pelo artigo 14.º das NEO 2025, aprovadas por deliberação da Assembleia Municipal (AM), na sua sessão de 19.11.2024, publicada no BME n.º 4624 e no exercício da competência delegada por deliberação de Câmara Municipal de 25.10.2021, publicada no B.M.E. n.º 4463, de 02.11.2021.

5. Fundamentação da escolha do procedimento

Critério do valor definido na alínea a), do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CPP).

6. Acesso às peças do procedimento

1. As peças do procedimento estão disponíveis para consulta ou importação gratuitas no seguinte endereço eletrónico: www.acingov.pt.
2. Para efeitos de apoio na utilização da mesma plataforma todos os interessados podem recorrer aos meios divulgados no mesmo endereço eletrónico nas condições aí previstas.

7. Esclarecimentos e listas de erros e omissões

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem, exclusivamente através da plataforma eletrónica www.acingov.pt, solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma

lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

2. É ao júri que compete, por delegação do órgão competente para a decisão de contratar, prestar esclarecimentos.
3. Compete ao júri, por delegação do órgão competente para a decisão de contratar, decidir, de acordo com o disposto no artigo 64.º, n.º 1 do CCP, sobre a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas sempre que os esclarecimentos sejam prestados para além do prazo fixado no artigo 50.º também do CCP.

8. Preço base

1. O **preço unitário para cada um dos lotes**, que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), sendo o valor máximo que a entidade adjudicante aceita pagar e que limita o preço unitário contratual por lote é o seguinte:
 - a. **30,00€**, por cada serviço de reboque executado totalmente;
2. Sendo o **Lote Combinado** referente à combinação dos lotes 1, 2 e 3, o preço unitário que a entidade adjudicante aceita pagar e que limita o preço unitário contratual é o que consta do número anterior, para aqueles três lotes.
3. Os preços base, por lote, para a vigência máxima prevista no caderno de encargos, correspondem a:
 - a. **Lote 1** – 180.320,00€, valor sem IVA;
 - b. **Lote 2** – 180.320,00€, valor sem IVA;
 - c. **Lote 3** – 180.320,00€, valor sem IVA;
 - d. **Lote Combinado** – 540.960,00€, valor sem IVA.

9. Preço anormalmente baixo de uma proposta

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do CCP, não são definidas as situações em que o preço de uma proposta é considerado anormalmente baixo.
2. O preço de uma proposta pode ser considerado anormalmente baixo, por decisão devidamente fundamentada do órgão competente para a decisão de contratar, designadamente por se revelar insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato.
3. No caso previsto no número anterior, o júri solicita previamente ao respetivo concorrente que preste esclarecimentos, por escrito e em prazo adequado, relativos aos elementos constitutivos relevantes da sua proposta.

10. Documentos que constituem a proposta

1. Os concorrentes deverão fazer acompanhar as suas propostas dos seguintes documentos:
 - a. O **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**;

- b. Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo I** ao presente programa do procedimento, com a respetiva indicação:
 - i. do **preço unitário para cada serviço de reboque executado totalmente**, que não deve incluir o IVA e que prevalecerá sobre outro preço constante em quaisquer demais documentos submetidos junto com a proposta e/ou inserto na plataforma em uso pela entidade adjudicante, em caso de divergência.
 - c. No caso de agrupamentos, acresce:
 - i. Instrumentos de mandatos a favor do representante do agrupamento emitidos por cada um dos seus membros, nos termos previstos no n.º 5, do artigo 57.º do CCP;
 - ii. Declaração de intenção de associação jurídica, em regime de responsabilidade solidária passiva, na modalidade jurídica de consórcio externo, subscrita por todas as entidades que integram o agrupamento, em conformidade com o **Anexo II** ao presente programa do procedimento;
 - iii. Declaração de todos os membros de responsabilidade individual e solidária perante a entidade adjudicante pela proposta apresentada e, bem assim, pela sua manutenção, subscrita por todas as entidades que integram o agrupamento.
2. O Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome>, deve ser preenchido de acordo com as seguintes opções de preenchimento:
- a. “Sou um operador económico”;
 - b. “Importar um DEUCP”;
 - c. “Carregar documento” – selecionar o ficheiro “espd-request.xml”, disponibilizado pela entidade adjudicante junto das peças procedimentais.
 - d. Selecionar o país do concorrente;
 - e. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
 - f. Guardar o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado pelo concorrente ou pelo representante que tenha poderes para o obrigar e enviado junto com os restantes documentos da proposta.
3. Cada concorrente deve indicar claramente a que lote(s) concorre podendo apresentar proposta para:
- a. A combinação de todos os lotes (Lote Combinado);
 - b. Os lotes individuais, seja para um, para vários ou para todos;
 - c. A combinação de todos os lotes e para um, para vários ou para a totalidade dos lotes individuais.
4. O valor unitário proposto, a constar no Anexo I do presente programa do procedimento não pode, em caso algum, exceder o limite definido na cláusula 11.º do caderno de encargos.
5. Os concorrentes ficarão dispensados da apresentação dos instrumentos de mandato indicados na subalínea i., alínea c), do n.º 1 do presente ponto, caso os documentos que constituem a proposta sejam assinados por todos os membros do agrupamento concorrente ou respetivos representantes.

6. Não integram a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, exceto os que sejam indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP.

11. Idioma dos documentos que constituem a proposta

A Proposta e os documentos que a constituem são obrigatória e exclusivamente redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

12. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

13. Prazo e modo de apresentação das propostas e dos documentos que a instruem

1. As propostas e os documentos que as instruem serão entregues **até às 17:00 horas do 30.º dia** a contar da data de envio do anúncio para publicação.
2. Sempre que o termo do prazo definido para a apresentação de propostas coincidir com dia em que os serviços da entidade adjudicante estejam encerrados, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil seguinte.
3. A transferência do termo do prazo definido no número 1, por força do estabelecido no número 2, não determinará qualquer alteração aos restantes prazos que estejam associados ao prazo definido para a apresentação de propostas.¹
4. As propostas e os documentos que a instruem serão apresentados através da plataforma eletrónica em uso nesta entidade: www.acingov.pt
5. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

14. Prazo de manutenção das propostas

As propostas mantêm-se obrigatoriamente até **90 dias** úteis após o termo do prazo para sua apresentação.

15. Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade: Monofator - Preço, **sendo considerada mais vantajosa a proposta que apresentar a maior Pontuação obtida no preço unitário por serviço de reboque executado (PRE_i)**, calculada através da seguinte fórmula matemática:

¹ Refere-se a título de exemplo: prazo para esclarecimentos e retificação de peças do procedimento (art.º 50º do CCP); prazos relativos à apresentação de erros e omissões e decisão dos mesmos (art.º 50º do CCP).

Lote 1, Lote 2 e Lote 3:

$$PF_i = P_{PRE_i} = 100 - \left(\frac{100}{PRE_{i_{max}} - PRE_{i_{Ref}}} \right) \times (PRE_{i_{Prop}} - PRE_{i_{Ref}})$$

Em que:

$PRE_{i_{max}}$ - Preço unitário máximo por serviço de reboque executado totalmente, para o Lote i , que corresponde a 30,00€;

$PRE_{i_{Ref}}$ - Preço unitário mínimo, para efeito de avaliação de propostas, por serviço de reboque executado totalmente, para o Lote i , que corresponde a 21,30€;

$PRE_{i_{Prop}}$ - Preço unitário por serviço de reboque executado totalmente, da proposta em análise para o Lote i .

Nota:

- 1) Sem prejuízo do disposto no ponto 8.º do presente Programa de Procedimento, o preço unitário mínimo ($PRE_{i_{Ref}}$) é um valor meramente indicativo e apenas para aplicação da fórmula, não constituindo qualquer limiar mínimo que impossibilite a apresentação de proposta abaixo desse valor.
- 2) Ainda que, da aplicação da fórmula aquando de um preço proposto inferior ao preço unitário mínimo para efeitos de avaliação de propostas, resulte um valor superior a 100, a pontuação máxima a atribuir será de 100 pontos, não determinando isso, contudo, a exclusão da proposta em análise.

2. A análise das propostas apresentadas para a eventual adjudicação de uma proposta que combine a **totalidade dos lotes 1 , 2 e 3** será operacionalizada através da aplicação da seguinte fórmula:

$$PF_{Comb} = \sum_{i=1}^3 PF_{\text{lotes 1 a 3}} \times \gamma_j$$

Para efeitos de análise das propostas apresentadas para a eventualidade de **adjudicação uma proposta de combine a totalidade dos lotes**, serão tidas em conta as seguintes ponderações para cada um dos lotes:

Descrição	Ponderação (γ_j)
LOTE 1	33,34%
LOTE 2	33,33%
LOTE 3	33,33%

3. **Regras de arredondamento:** Os cálculos matemáticos implicados nas operações de avaliação das propostas serão efetuados sempre considerando três casas decimais, processando-se o arredondamento da pontuação final do critério de adjudicação até à segunda casa decimal.
4. **Critérios de desempate:** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão as mesmas classificadas em função das seguintes regras aplicadas de forma sucessiva e enquanto houver necessidade de desempate:
 - a. Menor preço unitário efetivo proposto para o serviço de reboque executado totalmente;
 - b. Aumento subsequente das casas decimais da avaliação final, até ao limite de 8 casas decimais;
 - c. Sorteio aleatório presencial, com a presença de todos os representantes de todos os concorrentes empatados, que serão notificados para o ato público, a realizar nas seguintes condições:
 - i. A sessão para a realização do sorteio será agendada e notificada aos concorrentes com, pelo menos, 3 (três) dias úteis de antecedência, com a indicação da data, da hora e do local da sua realização.
 - ii. O sorteio será efetuado pelos membros do júri.
 - iii. Em caso de não comparência de representante legal de concorrente em situação de empate, o sorteio realizar-se-á na sua ausência após 30 (trinta) minutos da hora previamente agendada.
 - iv. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes.
 - v. Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração.
 - vi. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada.
 - vii. O júri elaborará uma ata que documentará os trabalhos efetuados na referida sessão e os resultados do sorteio, ata essa que será apensa ao processo de contratação e divulgada por todos os concorrentes.

16. Adjudicações de propostas por lotes

1. A adjudicação das propostas poderá ser efetuada através **modalidade de adjudicação por lotes, individualmente considerados** (Lote 1, 2 e 3), ou através da **modalidade de adjudicação que combina a totalidade dos lotes**.
2. O critério de adjudicação dos lotes é o definido no ponto 15.º do presente programa do procedimento, podendo os concorrentes apresentar proposta para um, para vários, ou para todos os lotes, sendo que a entidade adjudicante pode adjudicar mais do que um lote ao mesmo concorrente.
3. Caso sejam apresentadas e admitidas propostas por lotes individualmente considerados e propostas que combinem a totalidade dos lotes, serão elaboradas listas de ordenação das propostas, uma para ordenar as propostas de cada um dos lotes individualmente considerados (Lote 1, 2 e 3) e outra para ordenar as propostas que combinem a totalidade dos lotes.

4. A aquisição dos serviços será adjudicada através da modalidade que combina a totalidade dos lotes, caso se verifique que dessa modalidade resulta uma proposta, atento o critério de adjudicação estabelecido, economicamente mais vantajosa que o somatório das melhores propostas classificadas na modalidade de adjudicação por lotes individualmente, obtido através da seguinte fórmula:

$$PMPI = \sum_{i=1}^3 PFmp_{\text{lotes 1 a 3}} \times \gamma_j$$

Em que:

PMPI – Somatório Ponderado das Melhores Propostas classificadas na modalidade de adjudicação por lotes individualmente considerados;

PFmp – Pontuação final das melhores propostas classificadas na modalidade de adjudicação por lotes individualmente considerados;

γ_j – Ponderação do respetivo lote referida no n.º 2 do ponto 15.º do presente programa de procedimento.

5. Caso se verifique empate entre as modalidades da adjudicação por lotes individualmente considerados (Lote 1, 2 e 3) e da adjudicação pela combinação da totalidade dos lotes, a aquisição dos serviços será da adjudicação pela combinação da totalidade dos lotes.
6. Caso algum dos lotes fique deserto na modalidade da adjudicação por lotes individualmente considerados, a adjudicação será feita na modalidade da totalidade dos lotes, desde que sejam apresentadas e admitidas propostas nessa modalidade e a melhor destas apresente, na parte que corresponda aos lotes com propostas individuais, proposta economicamente mais vantajosa em comparação com o somatório das melhores propostas apresentadas para cada um dos lotes individuais, nos termos apurados no n.º 4 do presente ponto.

17. Consultores e estudos de apoio à decisão

1. O júri poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para o apoio e elaboração de relatórios técnicos, na análise das propostas.
2. As deliberações do Júri poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores externos, casos em que tais documentos instruirão os respetivos relatórios que para eles remeterão.

18. Modalidade jurídica de associação de empresas

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa das seguintes modalidades jurídicas: Consórcio Externo, Agrupamento Complementar de Empresas (ACE) ou Sociedade Anónima.

19. Negociações

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

20. Leilão eletrónico

Não aplicável.

21. Caução

1. O adjudicatário será notificado da adjudicação e do valor da caução, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de **10 dias**, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo, com o disposto no n.º 2, alínea b) do artigo 77.º e no artigo 91.º do CCP.
2. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a 1,2% do preço total do contrato e deve ser prestada:
 - a. Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade que for indicada pelo Município do Porto nos termos do modelo constante do **Anexo III** ao presente programa do procedimento, que dele faz parte integrante;
 - b. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do **Anexo IV** ao presente programa do procedimento, que dele faz parte integrante.
3. Não é exigida a prestação de caução desde que o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar, ou declaração de assunção de responsabilidade solidária, emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do CCP.
4. O disposto nos números anteriores é aplicável se o preço contratual for igual ou superior a 500.000,00€, o que apenas se aplicará se a adjudicação recair sobre a combinação da totalidade dos lotes 1, 2 e 3.

22. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário

1. Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo V** ao presente programa do procedimento.
2. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do art.º 55.º do CCP.
3. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do art.º 55.º do CCP.
4. Certificado de registo criminal², ou documento equivalente com a inscrição no fim a que se destina “*Contratação Pública*”³:
 - a. Do próprio no caso de pessoas em nome individual⁴, ou

² O registo criminal pode ser obtido mediante o preenchimento e envio de um requerimento por e-mail ou através do Portal do registo criminal online: <https://lnkd.in/drGBB2s>. Mais informações em: <https://lnkd.in/eFd97w5>, ou via telefone através do 300 003 990 ou 210 489 010 (dias úteis das 9h às 18h).

³ Nos termos do n.º 3 do artigo 83.º-A do CCP.

⁴ Aplicável no caso de a adjudicação ser a uma entidade em nome individual.

- b. Dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções e da própria pessoa coletiva, no caso de entidades coletivas, como previsto na alínea b) e h) do art.º 55.º e do art.º 83.º-A do CCP⁵.
5. Cópia da certidão do registo comercial ou o código de acesso à certidão permanente, ou da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial, se aplicável.
6. Declaração de início de atividade, se aplicável.⁶
7. No caso de se tratar de empresas sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário deve apresentar, ainda, o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar, nos termos do n.º 3, do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14.12.
8. No caso de se tratar de adjudicatário ou de um subcontratado, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu⁷ ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio pode ainda apresentar, em substituição dos documentos de habilitação, uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou qualquer outra competente, de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar no Estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis.
9. No caso de a adjudicação recair sobre uma proposta apresentada por Agrupamento:
- a. Todos os seus membros têm de apresentar os documentos de habilitação que lhes são aplicáveis, de acordo com o disposto no artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14.12⁸;
- b. No caso de agrupamento complementar de empresas (ACE):
- i. Cópia certificada do contrato de constituição do Agrupamento Complementar de Empresas, do qual deve constar, nomeadamente indicação dos administradores e respetivos poderes de representação, e demais elementos previstos na Lei n.º 4/73, de 4 de junho e no Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de agosto, ambos com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 36/2000, de 14 de março;
- ii. Cópia da inscrição do Agrupamento Complementar de Empresas no Registo Comercial e respetiva publicação ou a indicação dos códigos de acesso.
- c. No caso de Consórcios Externos:
- i. Cópia do contrato de constituição da modalidade jurídica de consórcio externo, do qual constem os elementos previstos no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28.07, nomeadamente, a indicação dos

⁵ Aplicável no caso de a adjudicação ser a uma entidade coletiva.

⁶ Aplicável no caso de a adjudicação ser a uma entidade em nome individual.

⁷ Noruega, Islândia, Liechtenstein e União Europeia.

⁸ Nomeadamente os documentos previstos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP.

membros do consórcio, o chefe de consórcio, das obrigações do chefe de consórcio, dos deveres dos membros do consórcio e a responsabilidade conjunta das partes;

- ii. Cópia da procuração com as funções externas do chefe de consórcio, devendo ser-lhe conferidos, nos termos do n.º 1, do artigo 14.º do referido Decreto-Lei n.º 231/81, de 28.07, os poderes para este proceder à faturação de todas as prestações executadas no âmbito do contrato, receber quaisquer quantias ao abrigo do contrato, dando a respetiva quitação, bem como poderes para receber todas as notificações e comunicações respeitantes ao contrato, quando aplicável.

d. No caso de Sociedade Anónima:

- i. Cópia certificada do contrato de constituição da Sociedade Anónima, do qual constem os elementos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- ii. Cópia da inscrição da Sociedade Anónima no Registo Comercial e respetiva publicação ou a indicação dos códigos de acesso.

23. Idioma dos documentos de habilitação

1. Todos os documentos de habilitação devem ser apresentados em Português.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, são admitidos os documentos de habilitação que forem apresentados em língua inglesa, ou espanhola, sem necessidade de serem acompanhados da tradução devidamente legalizada, exceto no que diz respeito ao Anexo III ao presente programa do procedimento.

24. Outros documentos obrigatórios

1. Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá apresentar:
 - a. Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)⁹ – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto^{10, 11}, ou o respetivo código de acesso;
 - b. Declaração subscrita pelo(s) representante(s) legal(ais) da entidade com a indicação da sua dimensão (Micro, pequena ou média empresa, ou Grande Empresa).
 - c. Documento comprovativo de certificação de micro, pequena ou média empresa, se aplicável.
2. A não apresentação do documento referido na alínea a) do ponto anterior, e tendo em atenção o disposto no n.º 1, b) do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, e/ou o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.
3. A não apresentação do documento referido na alínea b) do ponto anterior impossibilita a publicitação do contrato no portal Base.Gov.

⁹ O preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>.

¹⁰ Não aplicável a entidades em nome individual.

¹¹ "Estão excluídas de apresentação do RCBE as entidades identificadas no artigo 4.º, do Anexo I da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto."

4. Ao adjudicatário será concedido um prazo de **3 dias** para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP.

25. Prazos para apresentação dos documentos de habilitação¹²

1. Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de **10 dias** após a notificação da decisão de adjudicação.
2. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
3. A supressão de irregularidades, detetadas nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de **2 dias**, após notificação pela Divisão Municipal de Compras.
4. Ao adjudicatário será concedido um prazo de **3 dias** para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP.

26. Prazo para confirmar compromissos assumidos por entidades terceiras

Os compromissos assumidos por entidades terceiras devem ser confirmados no mesmo prazo previsto para apresentar os documentos de habilitação.

27. Despesas e encargos para celebração do contrato

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

28. Consulta Preliminar

A abertura do procedimento de formação de contrato público não foi precedida de consulta preliminar ao mercado prevista no artigo 35.º-A do CCP.

29. Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente programa do procedimento observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual) e restante legislação aplicável.

¹² Para efeitos de cumprimento dos prazos que constam do clausulado do presente ponto, consideram-se as 23h59 como hora limite de apresentação dos documentos.

ANEXO I – (Modelo de) Declaração

Lote a que concorre ^(a): _____

(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹³⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de “designação ou referência ao procedimento em causa” e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽¹⁴⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas, de acordo com os seguintes preços:

Serviços	Proposta
Preço unitário para cada serviço de reboque executado totalmente	

Tabela 1 - Preenchimento aplicável caso concorra ao Lote 1, Lote 2 e/ou Lote 3

Serviços	Proposta
Preço unitário para cada serviço de reboque executado totalmente (Equivalente ao Lote 1)	
Preço unitário para cada serviço de reboque executado totalmente (Equivalente ao Lote 2)	
Preço unitário para cada serviço de reboque executado totalmente (Equivalente ao Lote 3)	

Tabela 2 – Preenchimento aplicável caso concorra ao Lote Combinado

(local, data e assinatura) ⁽¹⁵⁾.

Nota:

^(a) Indicar o lote a que concorre, sendo que, caso concorra a mais do que um lote, deverá preencher a Tabela 1 para cada um dos lotes aos quais concorre e/ou a Tabela 2, conforme aplicável.

⁽¹³⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

⁽¹⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

⁽¹⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II – (Modelo de) Declaração de intenção de associação jurídica

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹⁶
..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes),

e

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹⁷
..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes),

e

- (...)

entidades que integram o concorrente ao *Concurso Público sem/com¹⁸ publicidade Internacional para a celebração do contrato de*(identificar o objeto do contrato), tendo tomado claro, perfeito e cabal conhecimento dos termos e condições do procedimento declaram, sob compromisso de honra, que:

1. Caso lhes venha a ser adjudicado o contrato, objeto do concurso, se constituirão em agrupamento complementar de empresas ou de sociedade anónima em regime de responsabilidade solidária passiva ou na modalidade jurídica de consórcio externo;
2. Independentemente do que em contrário se dispuser em qualquer momento no instrumento de associação jurídica celebrado entre as entidades que integram o concorrente, todas elas responderão solidariamente pelo bom, perfeito e tempestivo cumprimento das obrigações para elas emergentes do contrato;
3. Qualquer alteração ao regime de responsabilidades das entidades do agrupamento é nula e de nenhum efeito na relação de todas com a entidade adjudicante se não conhecer o prévio acordo escrito desta;
4. Nenhuma das entidades que integram o candidato poderá ceder, total ou parcialmente, a sua posição jurídica no agrupamento, ou renunciar às suas obrigações, pelo que qualquer alteração na composição do mesmo merecerá a prévia autorização da entidade adjudicante.

..... (local), (data), [assinatura¹⁹].

¹⁶ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

¹⁷ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

¹⁸ Eliminar o que não se aplicar.

¹⁹ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO III – (Modelo de) Declaração de depósito bancário

Para os devidos efeitos, _____ (*sede, filial, agência ou delegação da entidade bancária*), declara que _____ (*nome do adjudicatário*), com sede em _____ (*morada*), nos termos e para os efeitos previstos dos n.ºs 3 e 4 do 90.º do Código dos Contratos Públicos, depositou neste Banco a quantia de _____ €, como caução exigida para _____ (*identificação do procedimento*). Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (*entidade adjudicante*), responsabilizando-se o _____ (*identificação do banco*) por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelada por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

A presente caução permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua liberação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento.

..... (*local*), (*data*), assinatura ⁽²⁰⁾ do(s) representante(s) legal(ais)

⁽²⁰⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO IV – (Modelo de) garantia bancária/seguro de caução

Garantia bancária/seguro de caução *(eliminar o que não interessar)* n.º _____

Em nome e a pedido de _____ *(adjudicatário)*, vem o(a) _____ *(instituição garante)*, pelo presente documento, prestar, a favor de _____ *(entidade adjudicante beneficiária)*, uma garantia bancária/seguro-caução *(eliminar o que não interessar)*, até ao montante de _____ *(por algarismos e por extenso)*, destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ *(identificação do procedimento)*, nos termos dos n.ºs 6 e 8 ou 7 e 8 *(eliminar o que não interessar)* do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a ___% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros *(eliminar o que não interessar)* garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO V – (Modelo de) Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes]

1. ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ⁽²¹⁾ ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽²³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽²⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura ⁽²⁵⁾].

⁽²¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽²³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽²⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽²⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º